

Ofício nº. 098/2026

Processo: 8524228-20.2025.8.06.0000

Assunto: Pregão Eletrônico nº 014/2026

Fortaleza, 03 de junho de 2026

Prezado(a) Senhor(a),

Em resposta ao questionamento enviado ao endereço eletrônico da Comissão Permanente de Contratação do TJCE, em 29/05/2026, às 16:24, por empresa interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 014/2026 (**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de operação, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização e renovação de ar por expansão indireta e por expansão direta com fluxo de refrigerante variável (VRF) da sede judiciária, com fornecimento integral de mão de obra especializada, logística, ferramentas, materiais, insumos, peças, componentes e acessórios necessários à execução regular dos serviços, prevendo-se, de forma excepcional, o fornecimento de peças e componentes sob demanda, mediante ressarcimento autorizado pelo TJCE**), informo o esclarecimento, que segue:

Pergunta 01:

“Solicita-se esclarecimento quanto à proporcionalidade e pertinência técnica das exigências previstas nos itens 5.8, 5.9 e 5.10 do Termo de Referência, especialmente no que se refere à obrigatoriedade de manutenção de base operacional física com metragem mínima específica, vedação ao uso de determinados tipos de imóvel, funcionamento obrigatório em horário comercial, quantitativo mínimo fixo de equipe, disponibilização de veículos e demais requisitos estruturais impostos à futura contratada. Embora o Termo de Referência apresente justificativas para tais exigências, entende-se que parte significativa das condições estabelecidas parece concentrar-se na estrutura empresarial e operacional da futura contratada, e não necessariamente na comprovação objetiva de sua capacidade técnica e operacional para execução dos serviços contratados. Nesse sentido, considerando que:

[..] questiona-se:

a. Qual estudo técnico objetivo embasou especificamente a definição das metragens mínimas exigidas para escritório e oficina, bem como as demais exigências estruturais relacionadas à base operacional?

b. Qual a efetiva correlação prática entre tais exigências físicas e a qualidade da prestação dos serviços contratados, considerando que as atividades serão realizadas predominantemente nas dependências do próprio TJCE?

c. Qual atividade prevista no escopo contratual exige a manutenção permanente de escritório com metragem mínima específica para sua adequada execução?

d. Qual atividade prevista no escopo contratual exige a manutenção permanente de oficina com metragem mínima específica?

e. Quais serviços dependem efetivamente da disponibilidade contínua de software CAD, impressora e demais recursos exigidos para a base operacional?

f. Qual estudo técnico fundamentou a exigência relacionada à disponibilização de veículos vinculados ao contrato, indicando a efetiva necessidade operacional desses recursos, considerando a existência de equipe residente e a baixa necessidade aparente de deslocamentos externos?

g. Considerando a existência de equipe residente e a concentração das atividades em uma única localidade, qual a necessidade operacional da disponibilização simultânea de dois veículos para atendimento do objeto contratual?

h. A Administração avaliou se os resultados pretendidos pela contratação poderiam ser alcançados mediante exigências relacionadas ao desempenho, aos prazos de atendimento e à capacidade técnica da contratada, sem a imposição do conjunto de requisitos estruturais atualmente previsto no Termo de Referência?

i. Se foi avaliado o impacto concorrencial e econômico decorrente dessas exigências, especialmente para empresas sediadas fora da Região Metropolitana de Fortaleza, que poderão ser compelidas a mobilizar previamente estrutura física, administrativa e operacional exclusivamente para atendimento ao contrato.

j. Considerando o elevado nível de detalhamento e especificidade das exigências estruturais e operacionais previstas no Termo de Referência, inclusive quanto à localização da base operacional, quantitativo mínimo de pessoal, estrutura física e disponibilização de veículos, solicita-se esclarecer se o órgão entende que tais condições preservam integralmente a ampla competitividade do certame e a participação de empresas sediadas em outras localidades.”

Resposta 01:

- a. As exigências constantes dos itens 5.8, 5.9 e 5.10 decorrem dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência elaborados pela área técnica demandante, considerando a necessidade de assegurar condições operacionais adequadas para atendimento dos prazos de resposta estabelecidos contratualmente, a disponibilidade contínua de recursos humanos e materiais, bem como a manutenção da confiabilidade e continuidade dos sistemas de climatização e renovação de ar da Sede Judiciária.
- b. A base operacional constitui estrutura de apoio necessária à execução contratual, permitindo o armazenamento adequado de ferramentas, equipamentos, materiais, peças e componentes, além de proporcionar suporte administrativo e técnico às equipes responsáveis pelos atendimentos preventivos, corretivos e emergenciais previstos no Termo de Referência.
- c. O escritório destina-se ao desenvolvimento das atividades de gestão técnica e administrativa do contrato, incluindo elaboração de relatórios, registros de manutenção, gestão documental, planejamento operacional, acompanhamento de ordens de serviço, controle de pessoal e demais atividades correlatas necessárias ao adequado gerenciamento contratual.

- d. A oficina constitui ambiente destinado ao armazenamento, organização, preparação e manutenção de ferramentas, instrumentos, equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços, bem como ao apoio operacional necessário às atividades de manutenção preventiva e corretiva previstas contratualmente.
- e. Os recursos exigidos destinam-se ao suporte técnico e operacional da contratação, incluindo a elaboração, atualização e consulta de documentos técnicos, desenhos, croquis, relatórios, registros operacionais, planos de manutenção e demais documentos relacionados à execução e fiscalização dos serviços.
- f. A exigência foi estabelecida pela área técnica em razão da necessidade de assegurar meios adequados para transporte de ferramentas, equipamentos, instrumentos, materiais, peças e equipes técnicas, garantindo o atendimento tempestivo das demandas previstas no Termo de Referência e dos níveis de serviço exigidos pela Administração.
- g. O dimensionamento dos recursos operacionais exigidos no Termo de Referência foi definido pela área técnica considerando a necessidade de assegurar capacidade de resposta às diversas situações previstas contratualmente, incluindo atendimentos corretivos, emergenciais, deslocamentos para aquisição de materiais, retirada de equipamentos para manutenção especializada e demais demandas operacionais que possam ocorrer simultaneamente.
- h. Sim. Os requisitos constantes do Termo de Referência foram definidos após avaliação técnica das necessidades da contratação, tendo a Administração concluído que a conjugação dos requisitos de desempenho, capacidade técnica, recursos humanos e estrutura operacional constitui a solução mais adequada para atendimento das necessidades institucionais identificadas.
- i. Os requisitos estabelecidos no Termo de Referência foram definidos com base nas necessidades operacionais da contratação e observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, buscando assegurar a adequada execução dos serviços sem restringir indevidamente a competitividade do certame.
- j. Sim. A Administração entende que as exigências previstas no Termo de Referência são compatíveis com a complexidade, criticidade e características do objeto licitado, encontrando-se devidamente justificadas nos documentos técnicos que instruem o processo, não configurando restrição indevida à competitividade.

Pergunta 02:

“Solicita-se esclarecimento quanto ao item 9.2.1 do Termo de Referência, que exige a disponibilização de dois automóveis, sendo pelo menos um do tipo pickup ou furgão, bem como quanto à justificativa apresentada no item 9.2.1.1. Considerando que:

[...] questiona-se:

a. Os veículos exigidos deverão ser de uso exclusivo deste contrato ou poderão ser compartilhados com outros contratos e operações da contratada?

b. Os veículos deverão permanecer permanentemente disponíveis nas dependências do TJCE ou poderão permanecer na base operacional da contratada?

c. Qual estudo técnico fundamentou especificamente a necessidade de disponibilização de dois veículos para atendimento do objeto contratual?

d. Considerando a existência de equipe residente e a concentração das atividades em uma única localidade, por qual motivo um único veículo não seria suficiente para atendimento das necessidades operacionais previstas?

e. Qual a frequência estimada de utilização dos veículos durante a execução contratual e quais atividades específicas justificam a manutenção permanente de dois veículos vinculados ao contrato?

f. Foram avaliados os impactos econômicos decorrentes da exigência de disponibilização de dois veículos durante toda a vigência contratual, especialmente para empresas sediadas fora da Região Metropolitana de Fortaleza que necessitem mobilizar estrutura adicional exclusivamente para atendimento ao contrato?

g. Caso os veículos não sejam de uso exclusivo e não necessitem permanecer nas dependências do TJCE, como deverá ser interpretada a exigência constante do Termo de Referência para fins de comprovação e atendimento contratual?”

Resposta 02:

- a. O Termo de Referência exige a disponibilidade dos veículos para atendimento do objeto contratual, não estabelecendo exigência de exclusividade.
- b. O Termo de Referência não exige a permanência dos veículos nas dependências do TJCE, devendo a contratada assegurar sua disponibilidade sempre que necessária à execução dos serviços.
- c. A exigência foi estabelecida pela área técnica durante a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, considerando a necessidade de suporte logístico permanente para atendimento das atividades preventivas, corretivas, emergenciais e operacionais previstas na contratação.
- d. O quantitativo exigido foi definido pela área técnica considerando o conjunto das atividades previstas contratualmente, inclusive situações de atendimento simultâneo, transporte de equipes, ferramentas, materiais, peças e equipamentos necessários à execução dos serviços.
- e. Não há frequência mínima previamente estabelecida. Os veículos deverão permanecer disponíveis para atendimento das necessidades operacionais decorrentes da execução contratual sempre que demandados.
- f. As exigências previstas no Termo de Referência foram definidas com base nas necessidades operacionais identificadas pela Administração para assegurar a adequada execução do objeto.
- g. A exigência deverá ser interpretada como obrigação de a contratada manter permanentemente disponíveis os veículos necessários ao atendimento das demandas decorrentes da execução contratual, observadas as condições previstas no Termo de Referência.

Pergunta 03:

“Solicita-se esclarecimento quanto aos itens 9.2.2 e 9.2.3 do Termo de Referência, que exigem a disponibilização de computador equipado com internet banda larga, suíte office e software CAD, bem como impressora, na base de apoio operacional da contratada. Questiona-se:

- a. De que forma será realizada a comprovação do atendimento a tais exigências?*
- b. A verificação desses requisitos ocorrerá apenas previamente ao início da execução contratual ou também durante a vigência do contrato?*
- c. Em caso de fiscalização periódica, qual será a metodologia adotada para verificação desses itens?*
- d. Qual a efetiva relação entre a disponibilidade permanente de computador equipado com suíte office, software CAD e impressora na base operacional e a execução dos serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva objeto da contratação?*
- e. Qual estudo técnico fundamentou a inclusão desses requisitos específicos como condição obrigatória para execução contratual?*
- f. Adicionalmente, solicita-se esclarecer se o atendimento a tais exigências será objeto de fiscalização contratual contínua e quais serão os critérios adotados para aferição de conformidade ao longo da vigência do contrato?”*

Resposta 03:

- a. A comprovação ocorrerá mediante apresentação dos recursos exigidos quando da verificação das condições da base operacional, nos termos do Termo de Referência.
- b. A verificação poderá ocorrer tanto antes do início da execução quanto durante toda a vigência contratual.
- c. A fiscalização será realizada pelos meios ordinariamente adotados pela Administração para acompanhamento da execução contratual, incluindo inspeções, diligências e solicitações documentais, quando necessário.
- d. Tais recursos são necessários ao suporte técnico e administrativo da execução contratual, incluindo elaboração de relatórios, registros operacionais, documentação técnica, planejamento e acompanhamento dos serviços.
- e. Os requisitos foram definidos pela área técnica durante a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, considerando as necessidades de suporte operacional e administrativo da contratação.
- f. Sim. Os requisitos poderão ser objeto de fiscalização durante toda a execução contratual, mediante verificação de sua disponibilidade e adequação às condições estabelecidas no Termo de Referência.

Pergunta 04:

“Solicita-se esclarecimento quanto ao item 7.2 do Termo de Referência, que dispõe que “não haverá garantia de localização única ou exclusiva para a PRESTADORA DE SERVIÇOS ou seus trabalhadores”. Considerando que o item 7.1 informa como local de prestação dos serviços a Sede Judiciária do TJCE, localizada em Fortaleza/CE, entende-se necessário esclarecer o efetivo alcance operacional da referida disposição. Nesse sentido, questiona-se:

a. Existem outros endereços, unidades ou edificações além da Sede Judiciária que poderão demandar atendimentos, atividades ou deslocamentos da futura contratada durante a execução contratual;

b. Em caso positivo, solicita-se informar todos os endereços possíveis de atendimento vinculados ao contrato;

c. Dentre os eventuais endereços adicionais, quais estão localizados fora do município de Fortaleza e/ou fora da Região Metropolitana;

d. Quais equipamentos e sistemas eventualmente instalados nessas localidades adicionais estarão abrangidos pelo escopo contratual? Tais informações são essenciais para adequada formação de preços, dimensionamento operacional da equipe e correta estimativa dos custos logísticos envolvidos na execução contratual.”

Resposta 04:

- a. O local de prestação dos serviços é a Sede Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme item 7.1 do Termo de Referência.
- b. Prejudicada em razão da resposta anterior.
- c. Prejudicada em razão da resposta ao item “a”
- d. Prejudicada em razão da resposta ao item “a”.

Pergunta 05:

“Solicita-se esclarecimento quanto ao item 8.4.1 do Termo de Referência, que dispõe acerca do fornecimento, sob demanda, de “peças, componentes e acessórios não cobertos pela garantia do fabricante e que não estejam na lista de itens contemplados nos preços unitários mensais”. Nesse sentido, questiona-se:

a. Qual o prazo remanescente de garantia de fabricante dos equipamentos e sistemas abrangidos pela contratação;

b. Quais equipamentos estão atualmente cobertos por garantia?

c. Após o encerramento das garantias dos fabricantes, qual passará a ser a responsabilidade da futura contratada em relação ao fornecimento de peças, componentes e acessórios? Estas peças ainda serão fornecidas por meio da verba de peças sob demanda? Se não, como se dará o fornecimento?”

Resposta 05:

- a. As informações relativas às garantias eventualmente vigentes serão disponibilizadas à futura contratada quando aplicáveis.
- b. As informações relativas às garantias eventualmente vigentes serão disponibilizadas à futura contratada quando aplicáveis.
- c. Após o término das garantias dos fabricantes, o fornecimento de peças, componentes e acessórios observará as disposições constantes do Termo de Referência, especialmente aquelas relativas aos itens fornecidos sob demanda mediante aprovação prévia da Administração.

Pergunta 06:

“Solicita-se esclarecimento quanto ao item 14.1.4.2 do Termo de Referência, que prevê a manutenção preventiva e corretiva do sistema VRF mediante obrigatoriedade de que a empresa subcontratada seja autorizada pelos fabricantes dos equipamentos (LG e Daikin). Questiona-se:

a. Caso a própria contratada possua credenciamento pelos fabricantes LG e/ou Daikin para realização de manutenção nos respectivos equipamentos, poderá executar diretamente os serviços relacionados aos sistemas VRF, sem necessidade de subcontratação?

b. Em caso negativo, solicita-se esclarecer a justificativa técnica para exigência de subcontratação obrigatória, mesmo quando a própria contratada possuir autorização formal dos fabricantes para execução dos serviços.”

Resposta 06:

- a. Sim. Caso a contratada possua autorização formal emitida pelo respectivo fabricante para execução dos serviços de manutenção dos sistemas VRF correspondentes, poderá realizar diretamente os serviços, desde que comprove documentalmente tal condição, observadas as demais exigências previstas no Termo de Referência.
- b. Prejudicada em razão da resposta anterior.

Pergunta 07:

“Solicita-se esclarecimento quanto ao item 6.5.1 do Termo de Referência, que prevê a disponibilização de plantão de mecânicos em regime de atendimento 24 horas por dia, de domingo a domingo, limitado a 12 ocorrências anuais, cujo custo deverá estar incluído no valor mensal do contrato. Considerando que a adequada formação de preços depende do correto dimensionamento dos recursos humanos envolvidos, questiona-se:

- a. O plantão previsto no item 6.5.1 será presencial ou em regime de sobreaviso?*
- b. Quantos profissionais deverão compor cada plantão?*
- c. Qual a duração máxima prevista para cada plantão?*

d. Os plantões poderão ser exigidos concomitantemente à jornada regular da equipe residente?

e. O limite de 12 ocorrências anuais refere-se a 12 dias de plantão, 12 finais de semana, 12 períodos distintos ou outro critério adotado pela Administração?

Resposta 07:

- a. O plantão previsto no Termo de Referência consiste na disponibilização de atendimento em regime de prontidão para atendimento das demandas da Administração.
- b. A contratada deverá disponibilizar quantitativo de profissionais suficiente para assegurar o adequado atendimento da demanda que motivar o acionamento do plantão.
- c. A duração dependerá da necessidade específica que motivar o acionamento, permanecendo ativa pelo período necessário ao atendimento da ocorrência.
- d. Sim. Quando necessário ao atendimento das necessidades da Administração, os plantões poderão ocorrer fora do horário regular de expediente.
- e. O limite previsto refere-se a até 12 acionamentos de plantão por período anual de execução contratual.

Pergunta 08:

“8. Solicita-se esclarecimento quanto à Planilha 2 – Custos Fixos Mensais com Mão de Obra Residente, especialmente em relação aos valores adotados para remuneração, alimentação, transporte e demais componentes da composição de custos. Questiona-se:

a. Os valores apresentados na planilha estimativa da Administração deverão ser obrigatoriamente observados pelas licitantes na elaboração de suas propostas?

b. Será admitida a apresentação de proposta contendo valores inferiores para remuneração, alimentação, transporte e demais benefícios, desde que observados a legislação trabalhista, a convenção coletiva aplicável e os demais encargos legais?

c. A eventual adoção de valores inferiores aos constantes da planilha estimativa da Administração, observados os limites legais e convencionais aplicáveis, poderá ser motivo de desclassificação da proposta?”

Resposta 08:

- a. Os valores constantes das planilhas referenciais integram os estudos realizados pela Administração para estimativa dos custos da contratação.
- b. Sim. A composição dos custos deverá observar a legislação vigente, a convenção coletiva aplicável, as exigências editalícias e as peculiaridades da estrutura de custos de cada licitante.

- c. Não. A eventual divergência em relação aos valores estimados pela Administração não implica desclassificação automática, permanecendo sujeita à análise de exequibilidade e de conformidade com as exigências do Edital.

Pergunta 09:

“Solicita-se esclarecimento quanto à Planilha 3 – Valor Máximo Estimado para Reembolso de Itens Pagos sob Demanda, especialmente em relação ao BDI referencial fixado em 10,89%, cuja alteração pelas licitantes é expressamente vedada. Observa-se que a composição do BDI apresentada pela Administração considera, para fins tributários, as alíquotas de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%), compatíveis com empresas submetidas ao regime de Lucro Presumido. Nesse sentido, questiona-se:

a. Como deverá proceder a licitante optante pelo regime de Lucro Real, cujas alíquotas de PIS e COFINS são significativamente superiores às consideradas na composição do BDI referencial?

b. A Administração entende que o BDI fixado em 10,89% é suficiente para remunerar adequadamente empresas submetidas a diferentes regimes tributários?

c. Caso a futura contratada seja optante pelo Lucro Real, haverá mecanismo de recomposição ou reequilíbrio econômico-financeiro para compensar a diferença tributária não contemplada na composição do BDI referencial?

d. Em caso negativo, como a Administração compatibiliza a vedação de alteração da Planilha 3 com a participação de empresas sujeitas a regimes tributários distintos daquele utilizado como premissa para cálculo do BDI referencial?

e. Foi realizado estudo demonstrando que o percentual fixado é suficiente para absorver as diferenças tributárias decorrentes dos diversos regimes fiscais admitidos pela legislação brasileira?

f. Solicita-se, ainda, esclarecer se a Administração considera que a impossibilidade de adequação do BDI às particularidades tributárias de cada licitante pode impactar a ampla competitividade do certame e a participação de empresas regularmente enquadradas no regime de Lucro Real.”

Resposta 09:

- Resposta aos itens “a”, “b” e “d”: O percentual constante da planilha integra os estudos referenciais elaborados pela Administração para fins de estimativa da contratação. Todavia, em respeito aos princípios da isonomia, da ampla competitividade e da vedação à imposição de regimes tributários específicos, as licitantes submetidas ao regime de Lucro Real poderão adequar a composição interna de seus custos diretos ou apresentar sua planilha demonstrativa de BDI contendo as alíquotas reais de PIS e COFINS aplicáveis à sua realidade fiscal, desde que o preço final dos insumos e serviços sob demanda não ultrapasse o valor global.

- Resposta aos itens “c”, “e” e “f”: A Administração garante que a análise de aceitabilidade das propostas observará a realidade fiscal e jurídica de cada participante. Caso a empresa sagre-se vencedora sob o regime de Lucro Real, a execução dos itens sob demanda observará os preços unitários acordados. Eventuais distorções severas supervenientes ou desequilíbrios que ameacem a execução con

tratual poderão ser formalmente analisados pela Administração à luz do Art. 124, II, 'd', da Lei nº 14.133/2021, desde que cabalmente demonstrada a imprevisibilidade ou os efeitos de fato do príncipe, não configurando o regime tributário pré-existente da empresa, por si só, motivo automático para realinhamento imediato pós-certame.

Atenciosamente,

3º PREGOEIRA DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO DO TJC

Às empresas licitantes interessadas no Pregão Eletrônico nº 014/2026.